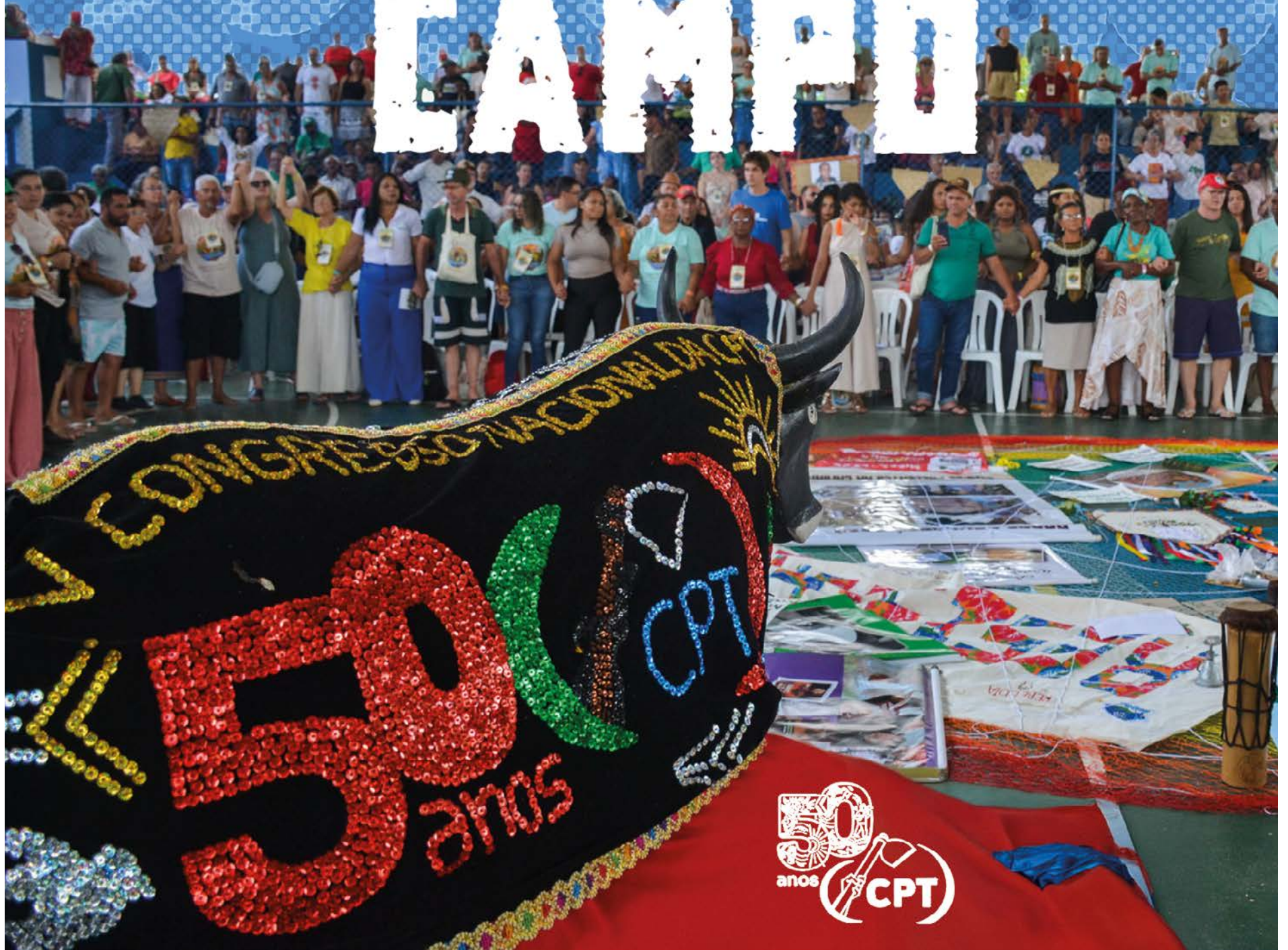


PASTORAL DA  
**Terra**

# CONFLITOS BRASIL NO 2025 CAMPAO



Renata Costa / CPT NE 2

## DA REDAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

# No Ano Jubilar, tudo se redistribui na "terra que a Deus pertence" (Lv 25, 23)

A terra é um bem comum / Que pertence a cada um / Com o seu poder além / Deus fez a grande Natura / Mas não passou escritura / Da terra para ninguém. (Patativa do Assaré)

## Jadir de Moraes Pessoa

Membro da Comissão Nacional de Formação da CPT, desde 1996

Edição: Júlia Barbosa  
julia@cptnacional.org.br

A CPT dificilmente se esquecerá dos “ecos” dos clamores do V Congresso, que, afinal, traduzem o compromisso cristão na sua essência, que é a permanente denúncia contra uma sociedade e um estado que patrocinam a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras, ao chancelarem o “direito” de alguns poucos de se apropriarem da terra que pertence a Deus e que é cedida temporariamente àqueles que são chamados a produzir o alimento necessário aos humanos e aos rebanhos. No ano jubilar, tudo se redistribui, a terra deve ser novamente distribuída.

Denúncia e profecia já estavam com todas as suas cores no nascedouro da CPT. Constituem o seu DNA. Desde 1985, as ações de resistência às diversas formas de violência em contextos rurais vêm sendo cuidadosamente catalogadas, documentadas e divulgadas para o fortaleci-

mento do campesinato brasileiro.

Flávio Lazzarin abre esta seção de análises dos dados relativos a 2025, com um capítulo em que estabelece sua perspectiva sobre a Missão da CPT, nunca acomodada a um “olhar para dentro”, para sua espiritualidade, mas movendo-se por um “olhar para fora”, para os conflitos de terra, em meio aos quais os camponeses assumem uma dupla condição: vítimas da violência, mas, ao mesmo tempo “protagonistas da resistência e da luta”.

No segundo capítulo, intitulado “Conflitos por terra em 2025: continuidades de um padrão histórico”, Leonilde Servolo de Medeiros diz que é muito cedo para se aceitar a queda nos números de 2025 como tendência real, uma vez que a lógica fundiária dos conflitos permanece a mesma.

Maurício Correia Silva e Juliana Oliveira Borges participam desta seção com o texto “O Cercado como zona de sacrifício e a escalada dos conflitos no campo: o caso do MATOPIBA”. Todos os “ingredientes” da incorporação de novas áreas pela expansão

da fronteira agrícola ali estão presentes: racismo; violência contra povos indígenas, tradicionais e camponeses; grilagem de terras; e devastação ambiental. Isso põe a região caracterizada como o MATOPIBA como o epicentro da violência contra trabalhadores e trabalhadoras na última década.

Luiz Jardim Wanderley, Maria Green e Rhuan Muniz Sartore Fernandes caracterizam o contexto de violência em torno da questão da água nos últimos dez anos, especialmente quanto ao ano de 2025, como já de uma “guerra pela água” ou de uma “guerra da água”. Assim, as lutas e resistências em função do direito hídrico são a grande questão para as mobilizações populares.

Com foco no trabalho escravo, Sávio José Dias Rodrigues, Carlos dos Santos Batista, Jhonas da Silva Corr e Samarone Carvalho Marinho propõem uma reflexão intitulada “Entre as geografias das perversidades do agronegócio e as tragédias da escravidão contemporânea”. Em um breve preâmbulo, dizem que o Brasil padece de uma naturalização da exploração, e, por isso, trata-se de um problema crônico em nossa história.

Cláudio Lopes Maia se dedicou à análise dos números relativos a Assassinatos e Massacres. Cada um dos tipos de

agressão assinalados no levantamento de 2025 causa sofrimento a milhares de pessoas, mas as 26 mortes e sua expressão mais extrema, que são os dois massacres registrados, “significam vidas ceifadas e famílias destruídas em meio à luta por direitos”.

O último capítulo analítico coube a Gabriela Russo Lopes e Vivian Ribeiro. Na esteira do que têm sido as práticas do Observatório Socioambiental, as autoras explicitam com clareza o que tem sido na história do Brasil o itinerário da violência no campo.

Restam, então, aos leitores e leitoras, aos pesquisadores, comunicadores e agentes públicos e coletivos, a interpretação própria da expressividade dos números nos gráficos e tabelas; acrescida da leitura dos abalizados textos analíticos no seu inteiro teor. Contra o velho e burguês discurso do progresso, mascarado de inovação tecnológica e expoente na exportação de commodities, estratégia midiática do agronegócio, a Pastoral da Terra mantém a denúncia e a profecia como prerrogativas inegociáveis.

*Este jornal é uma edição especial da publicação Conflitos no Campo Brasil 2025, produzida pela CPT. Adquirir a versão completa (impresa e digital) em nosso site (cptnacional.org.br).*

*As notas de rodapé e referências estão anexadas ao final de cada texto, publicados, na íntegra, no relatório Conflitos no Campo 2025.*



## PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

**Secretaria Nacional**  
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás  
CEP: 74030-090  
Fone: (62) 4008-6466  
Fax: (62) 4008-6405  
www.cptnacional.org.br  
comunicacao@cptnacional.org.br

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Silvío Gutierrez

**Coordenadores Nacionais**  
Carlos Lima  
Cecília Gomes  
Maria Petronila Neto  
Ronilson Costa

**Redação**  
Carlos Henrique Silva (5197/PE)  
Heloisa Sousa (4499/GO)  
Júlia Barbosa (4505/GO)  
Everton Antunes  
Rede de Comunicadores/as da CPT

**Jornalista responsável**  
Júlia Barbosa (4505/GO)

**Impressão**  
Gráfica e Editora Qualytá

**Diagramação**  
Refle Editorial  
@refleeditorial

**Assinaturas**  
Anual R\$ 30,00 Solidária R\$ 50,00  
Dados para depósito ou transferência:  
Caixa Econômica Federal  
Agência 2234  
Conta 578974105-0  
CNPJ 02.375.913/0001-18  
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741  
050C 1  
SWIFT CEFXBRSP  
Pix: 02.375.913/0001-18  
Contato:  
sustentabilidade@cptnacional.org.br

**Razão Social**  
Comissão Pastoral da Terra

**CNPJ / PIX**  
02.375.913/0001-18

**Informações**  
cpt@cptnacional.org.br

**Tiragem**  
6.000 exemplares

**Apoio**



## OLHAR PASTORAL

## RESISTÊNCIA

# Um renovado ecumenismo: Missão da CPT e perspectiva pastoral sobre os conflitos

A multiplicidade das espiritualidades de matriz indígena e africana, junto com os catolicismos populares das culturas camponesas, nos educou pacientemente a mudar para uma presença macroecumênica

## Flávio Lazzarin

Padre italiano *fidei donum* na Diocese de Coroatá e agente da CPT/MA

Edição: Carlos Henrique Silva  
comunicacptgo@gmail.com

Este ano, diante de dados que mostram a diminuição da violência no campo, antes de nos alegrarmos com uma boa notícia, devemos, mais uma vez, deixar surgir perguntas que ajudem a desvelar um pouco esta novidade. Perguntas que nascem do chão e dos pés da nossa presença junto ao campesinato.

A nossa experiência de acompanhamento presencial das comunidades em conflito nos diz que é complexo lidar com a interpretação de dados estatísticos, frequentemente desfigurados a partir de posturas ideológicas e interesses políticos. Até neste campo, prioritariamente o espaço dos pesquisadores, precisamos de orientações éticas e teológicas, porque trair os dados significa sempre desfigurar a realidade concreta, existencial, dos pequeninos e pequeninas de Deus.

A partir dos anos 90, a luta contra o latifúndio foi substituída pelas reivindicações territoriais resolvidas com o mecanismo da regularização fundiária, até as suas mais recentes versões, que contemplam as autodefinições das comunidades tradicionais camponesas: quilombolas, ribeirinhas, fundos e fechos de pasto, geraizeiras, caiçaras, faxinalenses, raizeiras, catingueiras, vazanteiras, veredeiras, pantaneiras, quebradeiras de coco babaçu, retireiras do Araguaia, cipozeiras, andirobeiras, carnaubeiras...

A multiplicidade dos novos atores nos acompanhou também para uma nova prática do ecumenismo. Por muitos anos, a nossa prática ecumênica se dava na convivência fraterna com os irmãos e irmãs luteranos, na distinção conciliar entre ecumenismo e diálogo interreligioso, mas a multiplicidade das espiritualidades de matriz indígena e africana, junto com os catolicismos populares das culturas camponesas, nos educou pacientemente

a mudar para uma presença macroecumênica.

Estamos presenciando um mutirão espiritual, em que encantados, encantadas, Orixás, santos e santas, com Jesus de Nazaré e Nossa Senhora, são a fonte da resistência e da luta das comunidades. Trata-se de um convite insistente a combater o pecado originário do colonizador: a eliminação física e simbólica do pobre e a sua ocultação nos cenários sociopolíticos, ignorando e/ou desprezando sua alteridade cultural e espiritual.

Ogum, Xangô, Iansã, Iemanjá, Nanã, Exu..., no Candomblé e na Umbanda, os Orixás não são divindades mitificadas, mas forças da natureza aliadas e protetoras e arquétipos inspiradores de resistência. Eles inspiram coragem, justiça e proteção, valores que dialogam diretamente com as lutas sociais e populares. E isto sem prescindir da presença e companhia de Jesus de Nazaré, são Francisco e santa Clara, Nossa Senhora de Guadalupe, Josimo e Dorothy, Pedro do Araguaia e Tomás Balduino... todos os mártires e as mártires da terra, conhecidos e desconhecidos, todas as vítimas de séculos de violências e destruição.

Outra novidade foi a insurgência feminina, também



Rodrigo Correia

Romaria em memória aos mártires e defensores/as da vida no campo, nas águas e nas florestas, durante o V Congresso da CPT

no espaço da Pastoral, contra o machismo e o patriarcado. Nestas lutas, o protagonismo feminino é essencial: as mulheres camponesas desempenham um papel central na formação e manutenção dos territórios. Mulheres que se opõem também com a sua corporeidade ao sistema capitalista, patriarcal e racista, enfrentando os senhores da morte para defender os corpos-territórios, o que é ancestral, comum, coletivo, sororal e fraterno.

Sem nos deixar vencer pelo medo, trataremos como um precioso legado a explosiva e envolvente alegria do V Congresso da CPT, que, em nenhum momento, foi a suspensão temporária do sofrimento indígena e camponês.

Foi “pisar na dor”, afirmação de luta, inspirada pela presença libertadora de Jesus e Maria de Nazaré, testemunhas e mártires, santos e santas, encantados e encantadas, orixás e ancestrais de Palmares, Canudos, Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, Contestado, Cabanagem, Balaiada, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, Encruzilhada Natalino... Uma alegria que não consegue esquecer quinhentos anos de genocídios indígenas, colonização material e espiritual, escravidão, grilagem e expropriação dos territórios, latifúndio e marginalização.

Herdeiros desta alegria, solidários com esta dor, aliados destas lutas, seremos “Presença, Resistência e Profecia”.

## REFORMA AGRÁRIA

# A conjuntura da luta pela terra no Brasil

Mesmo com presença de Governo mais sensível às demandas populares nos últimos anos, dados da CPT revelam queda no número de acampamentos e ocupações; cerca de 44% dos conflitos por terra concentraram-se na Região Norte em 2025, seguida da Região Nordeste, com quase 35% dos registros

## Leonilde Servolo de Medeiros

Professora titular do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Edição: Everton Antunes  
everton@cptnacional.org.br

Dados levantados pela CPT referentes a 2025 mostram que houve uma redução nas ocupações e acampamentos, em comparação com a última década, e, mais particularmente, com o ano de 2023, já sob um governo de perfil mais democrático. O mesmo acontece em relação a conflitos de violência por terra, que cresceram a partir de 2020, mas demonstraram queda em 2025.

No entanto, é muito cedo para afirmar se isso configura uma tendência, uma vez que, apesar da redução nos núme-

ros, esses conflitos continuam a ser a grande maioria dos registros de violência no campo, tanto em volume quanto em termos de pessoas envolvidas.

Segundo apontam os dados da CPT, foram registrados 1.186 casos de conflitos na luta pela terra (num total de 1.286 conflitos fundiários), que envolveram 664.760 pessoas. Além disso, todos os 26 assassinatos que ocorreram em 2025 foram decorrentes dessas lutas.

## O cenário dos conflitos

Os anos pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e, mais particularmente, o período do governo Bolsonaro foram marcados pela emergência de uma forte corrente de pensamento alinhada ao campo político declaradamente conservador, que, entre outras ações, defende o agro-

negócio como única alternativa possível, a exemplo do “movimento invasão zero” e o “movimento dos com terra”, mobilizações patronais mais recentes.

Em análise aos anos de 1950 e 1960, a luta pela terra ganhou novos contornos: tornou-se organizada em alguns pontos do país e obteve maior visibilidade nos centros urbanos e na imprensa.

Em resposta, no entanto, a elite rapidamente aliou-se a instituições representativas dos capitais industrial e financeiro que, além da articulação do golpe de Estado de 1964, foram responsáveis pela elaboração de um programa de modernização da agricultura. Em paralelo a esse processo, desencadeou-se uma forte repressão: lideranças foram mortas; algumas, presas; outras desapareceram.

Já ao longo dos anos 1980, a luta por reforma agrária ganhou novo impulso, por meio de manifestações públicas de grande expressão e pela crescente intensidade dos conflitos no campo.

Nesse período, a Constituição de 1988 acatou, além de outros pontos, a ideia da função social da propriedade, pre-

sente no Estatuto da Terra. Por outro lado, alguns entraves foram criados no texto constitucional e nas legislações que o regulamentaram. O contexto político e a regulamentação frágil facilitaram a continuidade da apropriação de terras devolutas pelo grande capital.

Em meados dos anos 1990, destaca-se o que passou a ser conhecido como agronegócio. Colocado como um dos sustentáculos das exportações e da geração do PIB nacional, o setor passou, também, a disputar o discurso sobre quem produz alimentos para a mesa dos brasileiros.

Finalmente, nos anos recentes, com a retomada do Executivo por um governo progressista em 2023, novos desafios se colocam: é preciso recompor a institucionalidade e se relacionar com um Congresso extremamente conservador.

## A face da luta

Os dados dos conflitos de 2025 mostram a continuidade das lutas de resistência cotidiana em comunidades e povoados, onde o que está em jogo é a sobrevivência. Esses números também indicam uma queda no número de acampamentos – de 18 ocor-

rências, em 2023; para 10, em 2024 e 2025 – e, no que se refere às ocupações e retomadas, houve um aumento em 2025, em relação a 2024: de 80 para 90 ocorrências.

## Conflitos de lutas por terra

Os números ainda evidenciam que, quando se trata da luta de resistência, os grupos sociais que já estão na terra – isto é, povos indígenas, quilombolas, entre outras comunidades – representam as principais categorias na linha de frente contra as violências.

No que diz respeito às ocorrências de violência por terra em 2025 (1.186), verifica-se uma significativa concentração por região, com destaque para o Norte (516) e o Nordeste (415), seguidos do Centro-Oeste (118), Sudeste (93) e Sul (44).

Quando se considera a Região Nordeste, verifica-se forte concentração de ocorrências no Maranhão (190) e Bahia (101), áreas que compõem o Matopiba. Já o Pará (142) e Rondônia (111), além do Amazonas (88) e Acre (72), ganham evidência na região Norte.

Nesses conflitos, estiveram envolvidas 158.521 famílias – mais da metade delas (89.290) na região Norte (56,32%) e 34.246 no Nordeste (21,60%). Dado relevante é que nenhum estado do Brasil se apresenta sem ocorrência de conflitos por terra.

## Acampamentos e ocupações

Os dados da CPT ainda



No ano de 2025, a totalidade dos assassinatos registrados (26) relaciona-se aos conflitos por terra.

mostram que o número de ocupações e acampamentos caiu no período de Temer e Bolsonaro. Sem dúvida, isso acontece em função da forte repressão, mas também, no início dos anos 2020, da pandemia de Covid-19, que dificultou ações coletivas.

Desde 2023, no entanto, o Executivo está nas mãos de um governo mais progressista. Mesmo assim, foram iniciados apenas dez acampamentos em 2025 (número menor que em 2023, que teve

18 ações desse tipo, e igual ao de 2024) e, em relação às ocupações e retomadas, os resultados são parecidos: há um significativo aumento em 2023 (125 ocorrências), seguido de uma queda (80), em 2024, mas com aumento em 2025 (90).

#### **Violência na luta por terra**

A respeito dos assassinatos em 2025, houve recuo na quantidade de ocorrências (26) em relação aos anos anteriores, mas um significativo

aumento em relação ao ano de 2024 (de 13 casos para 26). Todos os casos de 2025 estão relacionados a conflitos por terra, o que marca uma tendência em relação aos demais anos.

Em 2025, 1.907 famílias foram expulsas da terra e 14.140 sofreram tentativas ou ameaças de expulsão. Outras 3.422 foram despejadas e 19.360, ameaçadas de despejo. Também há registros de casas (3.419), roças (2.569) e bens (5.411) destruídos, práti-

ca de ameaça que acompanha a resistência cotidiana.

#### **Considerações finais**

Dados tanto dos Censos Agropecuários quanto do In-cra afirmam a permanência da grande concentração de terras no Brasil. Mesmo com mais de um milhão de famílias assentadas desde a redemocratização, esse cenário segue sendo uma realidade, o que reitera aquilo que diversos pesquisadores – e os dados apresentados nas edições

dos Conflitos no Campo da CPT – confirmam: o padrão de apropriação de terras por diferentes segmentos do capital caminha em ritmo bem mais veloz do que a pontual distribuição de terras.

Os dados de 2025, apesar da redução relativa de conflitos e de situações de violência, mostram, claramente, que as categorias mais atingidas foram os chamados povos e comunidades tradicionais (entre eles povos indígenas, quilombolas) e posseiros.

## CONTAMINAÇÃO

# A década dos conflitos por água e dos desastres ambientais no Brasil

Entre 2016 e 2025, houve um alto número de ocorrências acumuladas de conflitos pela água, com destaque para rompimento de barragens, mineração e vazamento de petróleo. No centro dos conflitos, estão movimentos e comunidades tradicionais na defesa das águas contra a ganância dos grandes empreendimentos.

## Luiz Jardim Wanderley

Professor do Programa de Pós-Graduação da UFF e coordenador do Laboratório sobre Territorialidade e Movimentos Sociais - Lemto

## Maria Green

Doutoranda do POSGEO-UFF

## Rhuan Muniz S. Fernandes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ

**Edição:** Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

No Brasil, as mobilizações populares sobre o direito hídrico estão associadas às consequências do aprofundamento do modelo neoliberal nos anos 90. O processo de privatização de setores como o mineral e o hidrelétrico acelerou a abertura de novas minas e a construção de barragens a partir do início do século XXI. A crise do “apagão”, em 2001, fortaleceu o argumento e as políticas

para a aceleração das concessões privadas de exploração dos cursos d’água para geração de energia (Ramos Junior; Santos, 2023). Em seguida, o superciclo das commodities, com a crescente demanda por matéria-prima pela China e outros países emergentes, intensificou a exportação de água contida em alimentos e minérios.

O Movimento dos Atinçados por Barragens (MAB) deslocou o foco do debate de um viés centrado na reparação do alagado e na questão da terra, passando a discutir o próprio modelo energético brasileiro e suas alternativas. Os deslocamentos compulsórios de comunidades de suas terras e as resistências contra usinas hidrelétricas no âmbito dos programas estatais, foram detonadores de conflitos no campo ao longo dos pri-

meiros anos do século XXI, quando povos e comunidades tradicionais assumem o protagonismo como protetores das águas. Trata-se não só de uma bandeira política e territorial, que defende a demarcação e proteção das terras tradicionalmente ocupadas, onde se preservam os mananciais, mas também da construção de identidades de povos do campo, das florestas e das águas.

No campo, os conflitos pela água são constitutivos das disputas por terra e território, tornando-se, por vezes, indissociáveis. Os conflitos são resultado da luta dos povos e trabalhadores do campo por e em defesa das águas. Dessa forma, as águas constituem o próprio território e os modos de vida das comunidades rurais, devendo ser preservadas sob a lógica de bem comum, de livre acesso e universal, em contraposição à apropriação privada.

Nesse sentido, os povos do campo denunciam e agem contra a apropriação das águas por meio de diferentes formas de cercamentos, que restringem o acesso para consumo humano e para agriculturas familiares, ou por meio do seu condicionamento ao pagamento.

Há séculos a água é vetor de conflitos no semiárido nordestino, por conta da seca e não da seca (Santos, 2023). Desde as *plantations* coloniais até o agronegócio moderno, a água vem sendo explorada em grande escala, contaminada por agrotóxicos e pela mineração, e tendo as nascentes destruídas pelo desmatamento.

## Tendências dos Conflitos por Água no Campo na Última Década

Segundo o Atlas dos Conflitos no Campo (Wanderley et al., 2025), até 2013 os conflitos por água estavam em patamares inferiores à 100 ocorrências por ano. Desde 2012, há um movimento ascendente dos conflitos, que saíram de 72 ocorrências, em 2011, para 513, em 2019. Naquele ano, quase metade das ocorrências foi em decorrência de desastres ambientais sociotécnicos, provocados pela gestão criminosa das corporações da mineração e do petróleo.

A recorrência desses episódios de desastres, especialmente em Minas Gerais, demonstra um padrão de operação onde o desrespeito às normas de segurança e a

negligência com o monitoramento transformam barragens em instrumentos de violência no campo em prol da lucratividade empresarial. Portanto, encarar esses desastres como crimes é imperativo para que a reparação integral não se torne o mito da fatalidade ou do acidente, que silencia as vítimas a partir de acordos financeiros insuficientes e processos judiciais morosos.

A última década foi o período com alto número de ocorrências acumuladas (2.754). Contudo, trata-se de uma trajetória com formato de parábola, com aumento até 2019 (179%) e retração (71%) até 2025, ano com menos conflitos nos últimos dez (148), voltando a níveis próximos aos registrados em 2014.

De 2017 a 2019, o número de famílias envolvidas em conflitos por água passou de 40,8 mil para 80,3 mil. Em seguida, segue uma trajetória de queda, assim como as ocorrências. A exceção está em 2024, quando o número de famílias envolvidas volta a subir para 71,9 mil, destacando-se os conflitos de povos indígenas, em especial contra garimpeiros, e entre pescadores e o governo do estado

## ÁGUA

de Mato Grosso, por conta do programa Cota Zero, que proibiu a pesca em todo o estado por cinco anos para fins de repovoamento, mas que permitia a pesca esportiva. Um destaque da última década é que estamos diante do período dos grandes desastres ambientais da mineração e do petróleo, iniciado em 2015.

A destruição do rio Parapeba pelo rejeito de minério de ferro da barragem da Vale S.A., em Brumadinho (MG), no ano de 2019, seguiu o mesmo padrão continuado, com repetições anuais de conflitos. No mesmo ano, o derramamento de petróleo no litoral do Nordeste e do Sudeste provocou 112 ocorrências em um único ano (Wanderley; Leão; Coelho, 2021).

Os desastres foram eventos centrais para a compreensão social dos danos provocados pelas corporações sobre as águas nos territórios dos povos do campo. Foram, também, o principal fator explicativo do crescimento e queda dos conflitos, decorrentes das tendências de resistência e de cansaço político da luta por reparação justa e integral, a partir de 2020.

Por conta de dois desastres (75% das ocorrências) e da realidade perversa do extrativismo mineral, Minas Gerais (604 ocorrências) é o estado com o maior número absoluto de conflitos por água, entre 2016 e 2025. A Bahia (469) ocupa o segundo lugar em número, impulsionada pelas disputas com minera-

doras nacionais e internacionais (188) e com fazendeiros (136). Em terceiro lugar, está o Pará (336), onde os conflitos costumam ser provocados pela extração mineral corporativa e garimpeira (129) e pelo avanço da infraestrutura hidrelétrica (75). Em 2025, 39% das ocorrências de conflitos (58) ocorreram na região Norte, 29% no Nordeste (43), 16% no Sudeste, 13% no Centro-Oeste e 3% no Sul.

#### Negócios Envolvidos nos Conflitos e Grupos Sociais em Defesa das Águas

As mineradoras internacionais (24,9%), nacionais (10,5%) e os garimpeiros (3,7%) corresponderam a 39,1% dos conflitos entre 2016 e 2025. Empresários (18,3%), empresários internacionais (4,8%), fazendeiros (12,1%), hidrelétricas (11,7%) e o Estado (10,2%) completam o rol de violadores, somando 96,1% das ocorrências.

Reduz-se também a participação das hidrelétricas nos conflitos, fortemente presentes na Amazônia – Pará (75), Mato Grosso (67) e Rondônia (67). Por outro lado, há uma maior participação da violência do Estado, de fazendeiros e de empresários nas disputas pela água.

Entre 2016 e 2025, os ribeirinhos (607 ocorrências) foram o grupo mais exposto, presentes em 22% dos casos. Os pescadores foram o segundo grupo mais afetado, com 20,8% das ocorrências. Os indígenas (391) representaram



Fernando Martinho

“A mineração — da extração rudimentar à atividade mecanizada contemporânea — muda e destrói corpos hídricos, soterrando rios com rejeitos, poluindo com metais pesados e consumindo imensos volumes de água”

14,2% do total. Em 10,1% dos conflitos, quilombolas (279) estiveram envolvidos.

Em 2025, indígenas (42), na Amazônia, quilombolas (24), nas regiões Norte e Nordeste, e pequenos proprietários (20), em Minas Gerais, foram os grupos mais aguerriados em defesa das águas.

Em relação aos danos e violações, destacaram-se a degradação ambiental (37,5%), o descumprimento de procedimentos legais (27,4%), a diminuição do acesso à água (15,4%), a contaminação por agrotóxicos (4,7%) e o impedimento de acesso à água (3,7%)

Os conflitos por água também têm resultado em violências extremas contra os povos

do campo. Em 2025, foram registrados três casos de intimidação contra indígenas, pequenos proprietários e ribeirinhos, uma tentativa de assassinato contra extrativistas e um ferimento com o mesmo grupo. Todas as ocorrências foram provocadas por empresários.

#### Considerações Finais

As transformações dos padrões de conflito na última década ocorreram num contexto em que as dinâmicas climáticas e hidrológicas perderam sua previsibilidade, alternando-se entre escassez e pluviosidade extremas. O epicentro da disputa está na sobrevivência frente ao colapso ambiental, que depende inva-

riavelmente da capacidade de descommoditizar a natureza e da garantia de soberania sobre os bens comuns.

Foram 148 ocorrências, envolvendo mais de 47 mil famílias, em 2025. A queda dos conflitos pode até indicar boas notícias de redução da violência no campo, mas tampouco significa a eficácia de boas políticas públicas de prevenção e reparação de violações ou de ações mais justas do Judiciário rumo a uma justiça hídrica duradoura. Pode, ainda, esconder problemas relevantes, como o medo das comunidades de denunciar frente ao avanço de grupos armados em articulação com velhos exploradores e destruidores de água.

## DADOS 2025

# PANORAMA DOS CONFLITOS NO CAMPO 2025

Dados alertam para duplicação do número de assassinatos e aumento dos casos de trabalho escravo rural

**Júlia Barbosa**  
julia@cptnacional.org.br

O ano de 2025 apontou uma redução de 28% nos registros de conflitos no campo em relação a 2024, com 1.593 ocorrências, diante das 2.207 do

ano anterior, segundo levantamento do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc/CPT). Em comparação com os últimos dez anos, os números são maiores apenas que os de 2017 e 2018, quando

foram registrados 1.531 e 1.570 conflitos, respectivamente.

Mesmo com a diminuição nos registros, a violência contra a vida dos povos e comunidades da terra, das águas e das florestas se prolonga, saltando aos olhos a duplicação no número

dos assassinatos - que passaram de 13 vítimas para 26. Também houve aumento dos casos de trabalho escravo rural, bem como no número de trabalhadores e trabalhadoras resgatadas desta condição degradante.

Em relação aos tipos de

ocorrências, as violências por terra representam o maior percentual, com 75% (1.186), seguidas pelos conflitos trabalhistas (159), conflitos pela água, com 148, e os acampamentos, ocupações e retomadas, com 100 registros, 6% do total.

### TOTAL DE CONFLITOS NO CAMPO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS:

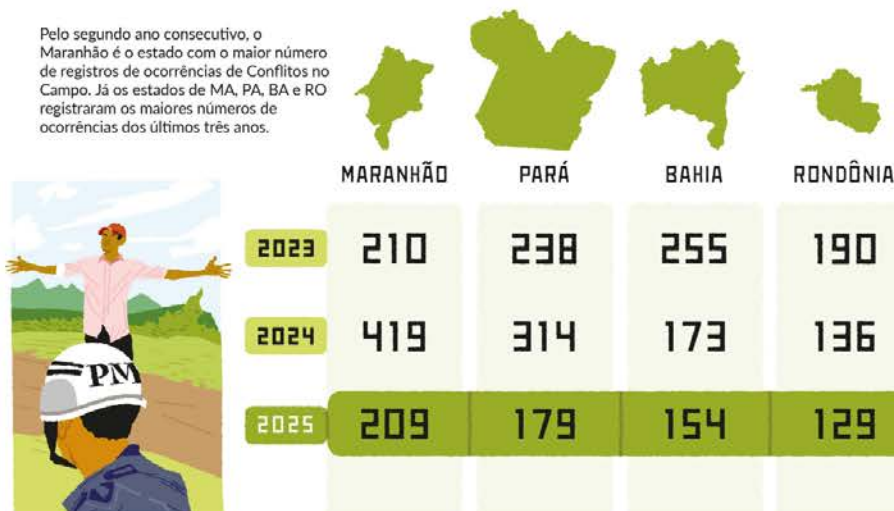
	TOTAL	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CONFLITOS NO CAMPO	18.832	1.639	1.531	1.570	1.968	2.138	1.848	2.077	2.261	2.207	1.593
ASSASSINATOS	374	64	74	30	32	21	36	47	31	13	26

### PERCENTUAL E TOTAL DE VIOLÊNCIAS POR EIXOS:



### ESTADOS COM MAIOR REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS NO CAMPO:

Pelo segundo ano consecutivo, o Maranhão é o estado com o maior número de registros de ocorrências de Conflitos no Campo. Já os estados de MA, PA, BA e RO registraram os maiores números de ocorrências dos últimos três anos.



### AUMENTO DAS AÇÕES DE RESISTÊNCIAS EM COMPARAÇÃO AO ANO ANTERIOR:



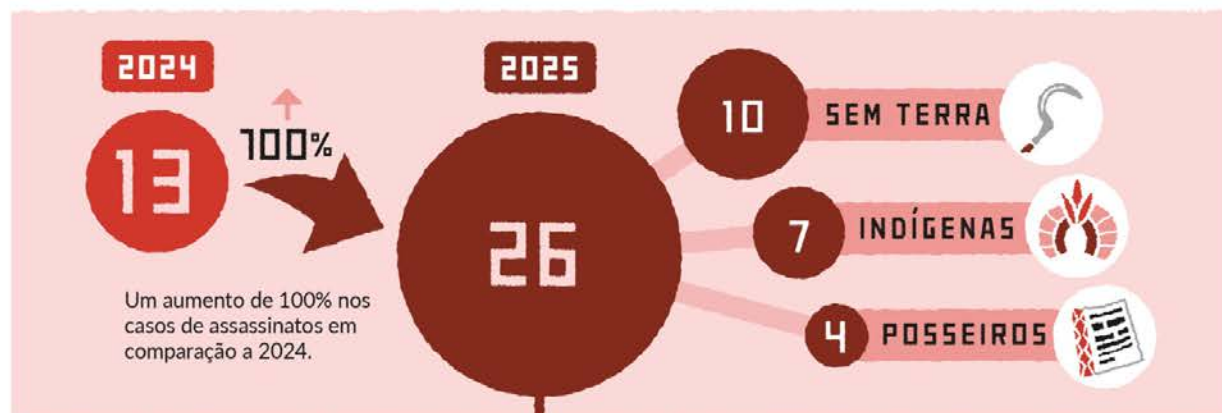
Houve um aumento de 12% das ocupações/retomadas em comparação a 2024.



Dos 100 casos registrados em 2025, 81 foram ocupações realizadas por sem terra e 19 foram retomadas indígenas

# ASSASSINATOS E MASSACRES

■ AUMENTO DO NÚMERO DOS CASOS:

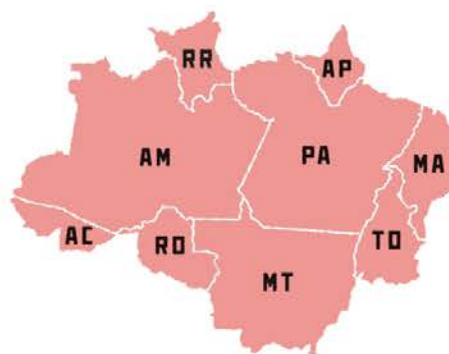


DOS 26 ASSASSINATOS, 20 ENVOLVEM FAZENDEIROS

■ EM 2025, FORAM REGISTRADOS 2 CASOS DE MASSACRE\*, COM 3 VÍTIMAS EM CADA CASO:



■ DOS 26 ASSASSINATOS, 16 FORAM NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL\*\*:



■ ATIVIDADES COM MAIOR NÚMERO DE RESGATADOS:

\*Em relação ao Trabalho Escravo Urbano, a Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da CPT registrou 122 casos e 1.007 trabalhadores resgatados em condição análoga a de escravo.



# TRABALHO ESCRAVO

■ AUMENTO DO NÚMERO DOS CASOS E TRABALHADORES RESGATADOS:



## FRONTEIRA AGRÍCOLA

# O Cerrado como Zona de Sacrifício e a escalada dos conflitos no campo: o Caso Matopiba

Berço das águas e a savana mais biodiversa do mundo, o Cerrado foi convertido em zona de sacrifício para expansão do agronegócio. O bioma, os povos e seus territórios ficam reféns da violência, da grilagem e da devastação ambiental, e à mercê da negligência do Estado.

**Maurício Correia Silva**

Advogado popular, doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Juliana Oliveira Borges**

Advogada popular, especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade (UFBA)

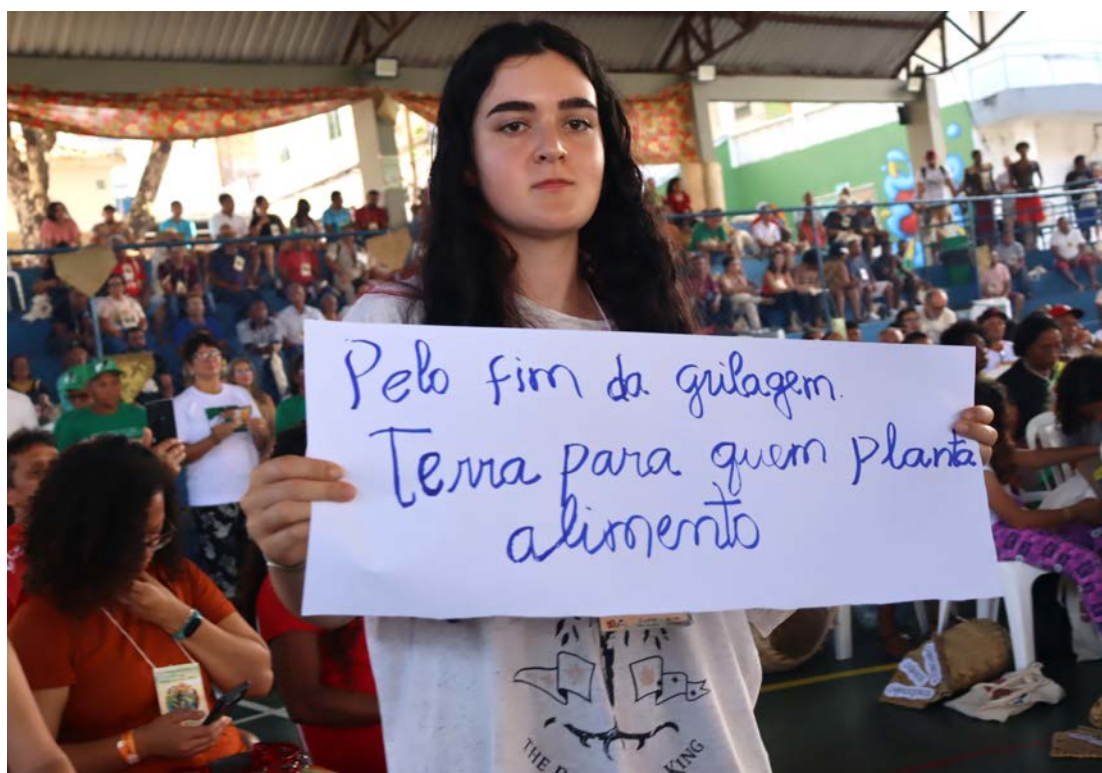
**Edição:** Júlia Barbosa  
julia@cptnacional.org.br

A região ecológica do Cerrado brasileiro tem sido atravessada por profundas contradições nas últimas décadas. Como moderno centro da produção de commodities agrícolas voltadas ao mercado externo, ela assume um papel de alta relevância para a Economia Política do Agronegócio, setor que concentra parte significativa do poder político e econômico do país. É o Cerrado enquanto *fronteira agrícola*: um projeto violentamente imposto a partir do pacto conservador que derivou na Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e que também sobreviveu a ela.

O bioma, que ocupa de

modo contínuo cerca de 25% do território nacional - o percentual vai a 36%, se consideradas as zonas de transição -, perdeu metade da área de vegetação nativa (cerca de 100Mha) nos últimos 50 anos através da sua conversão em pastagens e agricultura, especialmente para o cultivo de grãos e fibras. A abertura e expansão dessa fronteira agrícola irradiou-se da região sul para o norte numa velocidade que não encontra paralelo com nenhum outro bioma do país ou mesmo da América do Sul.

Considerada a relativa visibilidade das ameaças reais que rondam a floresta tropical amazônica, provocando solidariedade nacional e internacional que resulta em impasses dentro do próprio setor global do agronegócio, o Cerrado se converteu em uma *zona de sacrifício*. O fato dele se constituir como o *berço das águas* brasileiras e como a *savana mais biodiversa do mundo* não tem sido o



Helenna Castro / CPT Bahia

Comunidades clamam pelo fim da grilagem de terras durante o V Congresso da CPT

suficiente para convencer setores do Estado e da própria sociedade sobre a sua relevância para a garantia da condição futura de sobrevivência humana em nosso continente.

Com efeito, os dados nacionais sobre o desmatamento (Inpe/Prodes) nas últimas duas décadas apontam que atualmente o Cerrado é o bioma mais ameaçado no Brasil. É sobre os seus escombros que emerge a atual e avassaladora hegemonia política, econômica e cultural do agronegócio no país.

A narrativa oficial para

justificação desse processo acelerado de *ecocídio* é que impera nessa região, desde sempre, um vazio demográfico que justificaria a sua utilização sem reservas para a exploração intensiva requerida pelos projetos agropecuários inseridos no pacote da chamada Revolução Verde.

Essa narrativa, evidentemente, ignora e escamoteia de modo deliberado a existência de uma infinidade de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses que desenvolveram a sua cultura e meios de

vida em simbiose com o meio natural do Cerrado, adaptando-se aos ciclos naturais e aos aspectos como relevo, pluviosidade, hidrografia, flora, fauna e disponibilidade de terras para o extrativismo, a criação de animais e a agricultura de baixo impacto.

Em todo o Cerrado, são 338 terras indígenas reivindicadas, enquanto os quilombos são 1.555 territórios identificados, consideradas as zonas de transição. Categorias diversas de povos e comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco, ribei-

rinhos, brejeiros, fechos de pasto e gerezos estão presentes de modo significativo, embora os dados existentes sejam mais precários, reforçando a sua invisibilidade.

As diferentes perspectivas cosmológicas desses grupos entram em choque direto com as narrativas que sustentam o avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado. Esse choque produz os conflitos por terra, por água e pelo usufruto da natureza. Embora incidam sobre toda a região ecológica, na última década esses conflitos têm se intensificado especialmente na fronteira agrícola conhecida como Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), cujas porções de Cerrado estão inseridas na região.

### O Cerrado e o Matopiba: a última fronteira

Não é por acaso que são identificados nesta região quase todos os elementos que caracterizam os processos de abertura a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil: o racismo, a violência contra povos indígenas, tradicionais e camponeses, a grilagem de terras e a devastação ambiental, agenciados pela aliança entre velhas e novas oligarquias agrárias e o grande capital nacional e internacional.

A apropriação em escala global da renda da terra, da água, da exploração intensiva do trabalho e da natureza em um ambiente de crescente financeirização é o que parece impulsionar esse movimento de expansão. O processo de

preparação e abertura dessa fronteira agrícola, contudo, vem de muito antes.

Embora não existam dados quantitativos abrangentes e confiáveis acerca do fenômeno da grilagem de terras, é certo que mais recentemente têm sido ampliados os estudos e pesquisas qualitativas que apontam a sua alta incidência nesta região, frequentemente em dimensões superlativas. No mesmo sentido, dados do Inpe/Prodes do ano de 2024 indicam que 86% do desmatamento no Cerrado ocorreu na região Matopiba, embora ela represente apenas 36% da área total do bioma. A proporção chegou a esse patamar após uma sólida tendência de crescimento que teve início nos anos 2000, período caracterizado pelo boom das *commodities* agrícolas e minerais. No total, a área desmatada do Cerrado aumentou 40% nas últimas duas décadas – cerca de 1,45Mha ao ano.

O desmatamento, em sua relação intrínseca com a grilagem, figura por outro lado entre principais estopins dos conflitos por terra. Considerando que é uma prática comum nessa região que a *apropriação ilegal formal* de terras ocorra muito antes da *apropriação ilegal física*, e as fraudes documentais e cartoriais são realizadas de modo encoberto, o desmatamento nesse cenário se converte em um dos principais sinais de externalização do conflito.

Isso ocorre especialmente nos casos que envolvem ter-

ritórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, quilombolas e tradicionais, dado que o desmatamento com frequência se converte no obstáculo definitivo para os usos tradicionais do território reivindicado, situação que atribui à grilagem a condição de *fato consumado*.

Há indícios, portanto, de que uma parte significativa desses conflitos se relaciona com a sobreposição de reservas legais sobre territórios tradicionalmente ocupados, como ocorre na região oeste da Bahia, vitimando as comunidades de fundos e fechos de pasto, e no Piauí, com terras indígenas Akroá Gamela e comunidades ribeirinhas e brejeiras. O relevo constituído de vales e chapadas condiciona, de certo modo, essa lógica de apropriação. Os platôs das chapadas planas são visados enquanto espaço privilegiado da produção de *commodities*, enquanto as reservas legais são deslocadas para os baixões e vales.

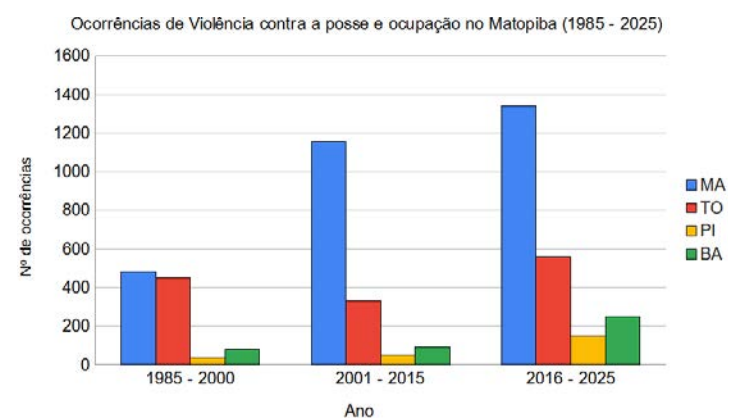
Embora historicamente tenham feito uso também das chapadas, são nas áreas baixas que se encontram os espaços de moradia, extrativismo e produção familiar dessas comunidades. Com a sobreposição ilegal de reservas legais, tem sido comum neste cenário a contratação de empresas de vigilância, formais ou informais, pelos grupos do agronegócio, visando impedir os diversos usos tradicionais que fazem parte dos modos de vida das comunidades.

As atividades que compõem esses modos de vida passam então a ser tratadas como crimes ambientais, resultando em conflitos por terra com um perfil ainda pouco estudado e compreendido.

Na região Matopiba, a distribuição dos conflitos, de um modo geral, é bastante diferenciada se considerarmos os dados referentes a cada um dos quatro estados. Segundo os dados da série histórica da CPT, o Maranhão se destaca expressivamente dos demais com uma média anual de 135 conflitos por terra nos últimos 10 anos (2016-2025), e com registro de 140 ocorrências em 2025. Seguido pelo Tocantins, com média de 60 ocorrências na última década e 50 no ano anterior. Em outro patamar, a Bahia registrou uma média anual de 25 conflitos por terra (12, em 2025), enquanto no Piauí o índice médio da década ficou em 15 ocorrências anuais, com 23 registros em 2025. A maioria

absoluta se refere à violência contra a terra e a posse.

O contínuo avanço do agronegócio com subsídios governamentais e ausência de política pública efetiva para regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados, além da efetivação da Política Nacional de Reforma Agrária, certamente estão entre as principais causas para a resiliência dos altos índices de violência no campo. O Estado brasileiro, ao estimular e viabilizar a expansão das fronteiras agrícolas, assume protagonismo das violências, seja pela negação dos direitos dos povos do campo ou pelas ações em favor do agronegócio, contribuindo desse modo para a invisibilização e inviabilização das diferentes formas de ocupação e diversidade dos usos da terra. Sem uma mudança efetiva de rumo nas políticas públicas, essa combinação será fatal para a região ecológica do Cerrado.



O Maranhão figura isolado com maior ocorrência de conflitos por terra durante toda a década. A média anual de conflitos por terra representa 125% a mais que os números registrados pelo Tocantins, que ocupa a segunda posição em número de ocorrências.

## AGRONEGÓCIO

## Entre as geografias das perversidades do agronegócio

A escravidão contemporânea se reproduz como um problema crônico no Brasil, como instrumento da expansão do capitalismo, estando atrelada ainda a problemas socioambientais ligados às atividades econômicas predatórias

**Sávio José Dias Rodrigues**

Professor da UFMA e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho – Gettrab

**Carlos dos Santos Batista**

Doutorando em Geografia (USP), integrante do Núcleo de Estudos sobre Questão Agrária (Nera/UFMA)

**Jhonas da Silva Correia**

Graduando em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA), Integrante Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho – Gettrab

**Samarone Carvalho Marinho**

Professor da UFMA e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho – Gettrab

**Edição:** Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

Em 2025, foram registrados 159 casos de trabalho análogo à escravidão em atividades rurais no Brasil, com pelo menos 2.234 pessoas envolvidas e 1.991 pessoas resgatadas. Esse número, por si só, já é um grave incidente que mostra como a exploração do trabalho a partir da transformação de pessoas em objetos permanece no Brasil. Os dados da CPT mostram que, entre 1995 e 2025, foram identificados 5.300 casos de trabalho escravo em todo

o país, com 72.079 pessoas encontradas e pelo menos 67.143 pessoas resgatadas, no campo e nas cidades.

Importante ressaltar que, no decorrer do século XX, as diversas estratégias de exploração do trabalho foram analisadas como uma maneira arcaica de manutenção do trabalho. Assim, havia a utilização de termos como “semi-feudal” para se referir às estratégias de exploração do trabalho no campo (Guimarães, 1977), dando uma conotação pré-moderna e fora do capitalismo; com o desenvolvimento progressivo e natural do capitalismo, seu uso desapareceria dando lugar ao trabalho assalariado, considerado como condição da modernidade das relações de trabalho. Porém, é preciso analisar o trabalho escravo como uma ação racional dentro da reprodução do modo de produção capitalista buscando uma lógica da acumulação (Sakamoto, 2011).

O trabalho escravo é uma situação limite da exploração de trabalho. Ele é uma forma potencial de aumento da acumulação a partir da apropria-

ção privada pelo capitalista de trabalho não pago. O aprisionamento do(a) trabalhador(a) se dá com a intenção, pelo capitalista, de diminuir o tempo de trabalho pago a (o) trabalhador(a) e aumentar o que Marx (2013) chama de “tempo de trabalho excedente”. Esse apontamento da história agrária mostra a relação entre grilagem e a concentração fundiária com a acumulação capitalista, que também são parte da reprodução do trabalho escravo contemporâneo no campo do País.

Entre 2016 e 2025, é possível perceber a formação de uma frente de avanço de casos de escravidão que segue a fronteira agropecuária, se espalhando pela região do Matopiba e pelos estados da Amazônia, além dos Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.

No período, é importante identificar algumas regiões de pessoas resgatadas. Uma primeira se localiza ao Sul do país, identificando alguns municípios que avançam do Rio Grande do Sul, ao sudoeste de Mato Grosso do Sul. Uma outra, caracteriza uma aglomeração entre São Paulo e Minas Gerais, mas com municípios que avançam por Goiás, Rio de Janeiro, entre outros. Uma outra região se localiza no Matopiba, em que é possível notar a presença de municípios do leste do estado

do Maranhão, onde esse projeto de expansão agrícola tem avançado com a ampliação da produção sojicultora.

As formas de limitação à terra e produção da pobreza, o não acesso à renda e aos meios de produção são parte do processo de precarização da vida (Perpétua; Costa; Thomaz Júnior, 2019), assim como a produção de regiões com altos fluxos de capital e vinculada ao mercado internacional (Rodrigues, 2020) e a expressão do trabalho escravo nessas regiões (Rodrigues, 2021; Rodrigues; Amador; Batista, 2020).

A expansão de atividades do agronegócio tem se dado com o eixo centralizado na soja; porém, para a produção de soja acontecer, uma vasta área é adquirida, que muitas vezes têm relações históricas com populações tradicionais e de povos originários. Essa área sofre com o desmatamento, ocasionando fortes impactos para as populações, mas, ao mesmo tempo, a madeira retirada quase que concomitante ao processo de abertura da fazenda para a sua utilização capitalista passa a ser utilizada em carvoarias, dentre outras atividades ligadas à abertura de fazendas e processamento de madeira.

De um lado, temos a própria expulsão de comunidades pela expansão do agronegócio, com o desmatamento, substituição de matas de usos

comuns para lavouras de soja. Isso traz consequências para a sobrevivência das pessoas que têm que sair dos seus lugares, às vezes buscando melhores condições de vida, às vezes pelo próprio medo de permanecer diante das situações de ameaças. Por outro lado, podemos ver o uso de mão de obra precária, justamente pela condição de subalternidade dessa população desterritorializada.

**Uma geografia do agronegócio no Brasil e a perversidade do medo no trabalho escravo**

O Matopiba tem sido o lugar das terras baratas para o agronegócio com benefícios dados pelo Estado brasileiro, além de uma rede logística para seu escoamento. Especulação imobiliária e grilagem passam a ser comuns, associadas à instalação de grandes fazendas. A região vem se consolidando, mobilizando, principalmente, a expansão do agronegócio da soja. Ao mesmo tempo, fez um movimento de atração de várias outras atividades, à medida que infraestruturas de transporte e de apoio foram sendo construídas, sendo acompanhada pelo aumento do número de conflitos no campo, com consequências para as populações locais, sobretudo na sua produção, com a privatização de bens comuns, como a terra e a água.

## ABALHO

# Trabalho e as tragédias da escravidão contemporânea



Fernando Martinho

Entre as atividades econômicas com mais trabalhadores resgatados em 2025, estão construção de usina (586), lavouras (479), cana-de-açúcar (253), mineração (170) e pecuária (154).

A soja e a cana-de-açúcar têm sido protagonistas para se pensar essa expansão na atualidade no Brasil, aliando, inclusive, um discurso de sustentabilidade como base da ampliação da sua produção. Outras produções vêm a reboque, como a de milho para se fazer etanol.

Nos últimos dez anos, a pecuária tem sido o ramo de atividade com a maior quantidade de casos identificados de trabalho escravo no Brasil, seguido pela produção de carvão e lavouras temporárias. Devemos destacar aqui o papel da soja, que teve aproximadamente 37 casos

de flagrantes envolvendo sua produção direta. Isso sem contar os casos flagrados na sua cadeia, como abertura de fazenda, retirada de raízes, tocos e pedras, entre outros.

No Maranhão, o grande fluxo de trabalhadores(as) se dá com a ida para exercerem funções em diversas atividades, sobretudo, funções que demandam força física e com baixa remuneração. As situações de pobreza e limitação de acesso a recursos naturais encontradas nos municípios de origem de trabalhadores(as) são fatores de vulnerabilidade desses sujeitos, que os fazem aceitar trabalhos

precários, com baixa remuneração, sem acesso a direitos trabalhistas etc., e, no limite, serem aliciados para o trabalho escravo contemporâneo.

Relatos de trabalhadores(as) maranhenses que foram resgatados(as), entre os anos de 2014 e 2025, nos municípios de Lago do Junco, Codó, Açailândia e Pindaré Mirim mostram como a pobreza é utilizada para justificar sua situação de subalternidade em relação a fazendeiros ou outros agentes econômicos.

A falta de acesso a terras aparece nos relatos como principal fator que faz com

que os trabalhadores(as) migrem para fora dos seus lugares de origem. Os mesmos fatores de vulnerabilidade fazem com que eles também naturalizem sua condição precária no trabalho. O fato de não ter formação é exposto como uma condição, um elemento que, inevitavelmente, terá como consequência situações de precariedade no trabalho. Essa situação não pode ser contradita, ela tem que ser aceita como se fosse um destino para os pobres.

Essas situações relatadas são de pessoas que vivem no mesmo espaço em que passa um dos maiores trens de carga do mundo e que é anunciado como detentor das melhores tecnologias de transporte de cargas. O que coloca a contradição da inserção de espaços da periferia capitalista na globalização. A lógica de inserção da economia maranhense na globalização tem se dado pelo que Milton Santos (1994) chamou de verticalidades no território. “O retorno do território” seria uma mudança em como entendemos esta categoria, tendo que ser pensada para além do território do Estado Nação, com um papel realizado pelas firmas e transnacionais, que usam o território sob a ótica de uma seletividade deste que contribua para o aumento das taxas de acumulação.

Os Grandes Projetos de

Desenvolvimento, apesar do seu discurso vinculado à criação de emprego e renda no Maranhão, têm atuado principalmente na desterritorialização de comunidades camponesas. As situações conflitivas se reproduzem no estado em várias regiões, sendo centrais na implantação dos grandes projetos.

Desse modo, percebemos o medo expresso nas memórias dos trabalhadores como mote da sua vida pós-resgate, mesmo com a intermediação dos órgãos de combate ao trabalho escravo. O medo dos “patrões” é parte de um novo cotidiano na sua vida. Esse medo se dá com a violência imposta com o poder econômico dos empregadores que foram flagrados com trabalho escravo.

Quando a prática desonesta é percebida pelos trabalhadores, em que salários são retidos por supostas dívidas, o medo também é instrumento de privação do trabalhador de se apossar do que ele considera o produto do seu trabalho. O medo de deixar a propriedade pela presença de pessoal armado ou mesmo por pressão moral. O medo de não conseguirem outra ocupação. Esse medo o é produzido pela violência da apropriação da força de trabalho por esses sujeitos e, sobretudo, pela sua condição de detentor de posses materiais, impondo seu poder.

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

### CONFLITOS AGRÁRIOS

# A questão estrutural da violência agrária no Brasil

Com o dobro de assassinatos do ano retrasado e dois massacres registrados, dados de 2025 do Caderno de Conflitos revelam que, para além da conjuntura, as violências no campo relacionam-se a questões estruturais e servem de artifício para manutenção da concentração fundiária no país

#### Cláudio Lopes Maia

Professor do Mestrado Profissional de História da UFCAT e do Programa de Pós-graduação em Direito Agrário da UFG  
Edição: Everton Antunes  
everton@cptnacional.org.br

No ano de 2025, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil, foram registrados 26 assassinatos e 02 massacres. Ao todo, 855 mil pessoas foram alcançadas pelas fatalidades dos conflitos no campo; 105, ameaçadas de morte e 05 sofreram casos de tortura, entre outros tipos de violência.

Esses números tornam-se ainda mais significativos ao considerar que, no ano passado, houve redução do número total de conflitos – isto é, uma queda de 27%. Com isso, 2025 figura entre os três anos da década com menor número de ocorrências registradas, ao mesmo tempo que apresenta aumento significativo de assassinatos.

#### Grupos Atingidos

Outro aspecto que merece atenção foi o aumento do número de assassinatos entre trabalhadores Sem Terra.

O assassinato de Sem Terra, ao longo da última década, teve como ponto mais elevado o ano de 2017, com 34 mortes; enquanto que 07 indígenas foram assassinados nesse mesmo ano. Isso demonstra que, naquele momento, a violência letal estava direcionada de forma mais intensa a uma categoria social específica no conflito agrário.

A inflexão nesse processo ocorre a partir de 2019, quando o número de indígenas mortos passa a ser superior ao de Sem Terra.

O ano de 2025, porém, constitui exceção nesse período, pois o número de Sem Terra mortos (10) foi superior ao de número de indígenas assassinados (07), o que configura uma singularidade dentro de uma série histórica relativamente estável.

Em análise da distribuição territorial desses eventos, todos os indígenas assassinados estavam localizados em três estados — Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná —, ao passo que todas as mortes de Sem Terra ocorreram nos estados do Pará, Rondônia e São Paulo.

No ano de 2025, no caso específico dos Sem Terra, observa-se a permanência dessa concentração territorial. No caso dos povos indígenas, também não se observam mudanças territoriais significativas em relação à série histórica.

Por outro lado, no ano passado, também foram registradas mortes de posseiros (04), 01 assentado e aliados (02), estes últimos em um conflito no qual um posseiro foi a principal vítima.

#### Possíveis análises

Um deslocamento interpretativo que pode ser feito a partir dos dados apresentados diz respeito à ausência de relação entre os assassinatos e massacres ao grau de conflitualidade no campo.

Por exemplo, os dois anos com menor número de assassinatos da última década — 2020 e 2024, com 21 e 13 mortes, respectivamente — estão entre os anos com maior número de conflitos registrados, o que demonstra que não existe relação direta entre o volume de conflitos e a ocorrência de assassinatos. Logo, é necessário buscar outros elementos interpretativos.

Historicamente, os maiores números de assassinatos e massacres ocorreram na década de 1980 e, mais recentemente, no período iniciado em 2017 — momentos marcados por in-



Renata Costa/CPT NE-2

2025 apresenta o dobro de assassinatos de 2024.

tenso debates sobre reforma agrária e o reconhecimento de direitos territoriais. Assim, diante dessas conjunturas, cresce também a eliminação física daqueles que lutam pelo direito à terra e ao território.

A persistência histórica dos assassinatos na Amazônia Legal, no caso dos trabalhadores Sem Terra; e também nos estados do Maranhão, Roraima, Bahia e Mato Grosso do Sul, no caso dos povos indígenas, também demonstra que a violência se concentra em regiões onde a disputa pela terra envolve interesses econômicos, projetos de expansão territorial e conflitos

prolongados pela posse e pelo reconhecimento de direitos.

#### Conclusões

Nesse sentido, o ano de 2025 apresenta elementos conjunturais e estruturais. O aumento do número de assassinatos pode ser parcialmente explicado por eventos específicos, como a ocorrência de massacres e a intensificação de conflitos localizados. Por outro lado, a repetição do padrão territorial e social das mortes confirma que a violência extrema continua sendo utilizada como mecanismo de controle e de manutenção da estrutura agrária existente.

## DADOS

## INTEGRAÇÃO

# Observatório e Plataforma Socioambiental: Novas Formas de Visualizar o Trabalho Histórico da CPT

Ao apresentar os dados da CPT em mapas e articulá-los a outras bases de dados públicas, o Observatório aproxima as dimensões do debate ambiental, dos impactos sociais e das violações de direitos humanos, articulando tecnologia, dados públicos e análises qualificadas

**Gabriela Russo Lopes**

**Vivian Ribeiro**

PhDs e integrantes da Diversa Socioambiental

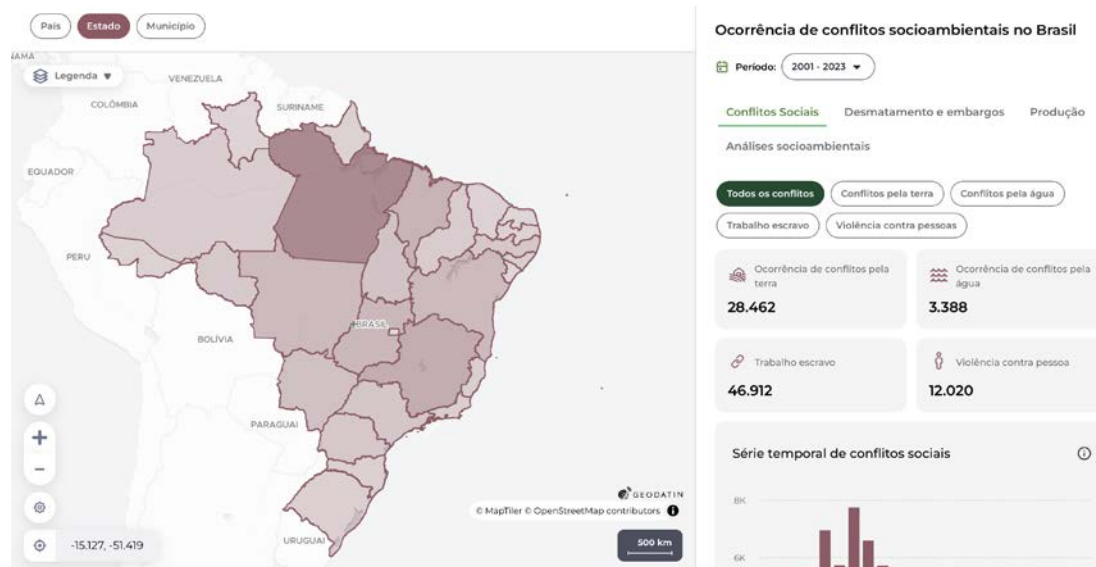
Edição: Carlos Henrique Silva  
comunicacptgo@gmail.com

Historicamente, a expansão da fronteira agrária tem sido um dos principais motores da violência no campo brasileiro. O avanço da agricultura industrial e da produção de commodities em larga escala está frequentemente associado a elevadas taxas de conflitos fundiários. Esse processo é especialmente intenso em áreas de alta pressão de desmatamento, como a região do MATOPIBA, no Cerrado, e da AMACRO, na Amazônia.

Nessas áreas, a fronteira se desloca, em grande medida, por meio de grilagem de terras, combinando invasão, fraude fundiária e violência rural. Esse processo se baseia na invasão de áreas públicas ou de uso coletivo (florestas não destinadas, terras devolutas, territórios tradicionais, assentamentos em consolidação), seguida da abertura e construção de infraestrutura

básica (estradas, silos, pastagens) e de uma rápida valorização fundiária. Um conjunto de manobras jurídicas e cartoriais, incluindo falsificação de títulos, sobreposição de registros e retificações abusivas, muitas vezes facilitadas por legislações estaduais, permite regularizar imóveis sem exigir comprovação sólida da origem pública da terra ou do histórico de ocupação.

O desmatamento cumpre um papel central nessa dinâmica de especulação fundiária e expulsão de comunidades rurais. Ao abrir áreas, implantar pastagens ou lavouras e instalar alguma infraestrutura, os grileiros produzem a aparência de uso produtivo e tentam consolidar a posse de fato dessas áreas. Com o tempo, as áreas de fronteira de desmatamento recente tendem a se consolidar e a ser formalmente integradas ao mercado de terras para produção de commodities, cuja parcela significativa é destinada à exportação, em especial grãos como a soja, para mercados consumidores no exterior, como China e União Europeia.



Através da plataforma, os dados da CPT sobre os conflitos no campo são traduzidos de forma interativa

Diante disso, movimentos sociais de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil passaram a pressionar esses mercados consumidores para que assumissem maior responsabilidade sobre as importações associadas à violação de seus direitos. A ascensão de novas regulações internacionais de comércio vem aumentando a demanda por dados confiáveis também sobre violações de direitos de comunidades rurais, incluindo povos indígenas e quilombolas, assim como agricultores familiares e camponeses.

É nesse contexto que surge, em 2022, o Observatório Socioambiental (OSA) como resposta à necessidade de produzir, articular e dar visibilidade a informações sobre impactos sociais e violações de direitos humanos associados à

expansão de commodities no Brasil. A iniciativa foi inicialmente provocada pela Fern, organização sediada em Bruxelas.

A CPT assumiu um papel de liderança central ao disponibilizar sua série histórica de dados – a base mais robusta sobre conflitos no campo no Brasil – e apresentar ao grupo sua metodologia de coleta e categorização das informações. Com a participação da Diversa Socioambiental, os dados da CPT sobre conflitos agrários foram espacializados em mapas por município e analisados em relação aos padrões de desmatamento.

Ao traduzir os dados da CPT em mapas e visualizações interativas e articulá-los a outras bases de dados públicas, o Observatório aproxima as dimensões do debate ambiental, dos impactos

sociais e violações de direitos humanos, articulando tecnologia, dados públicos e análises qualificadas da relação entre direitos humanos, meio ambiente e produção agrícola.

Com isso, a iniciativa fortalece o controle social sobre políticas públicas, contribui para práticas mais responsáveis ao longo das cadeias de valor e resalta o papel central de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas na conservação, regeneração e no combate ao desmatamento. Nesse processo, a CPT desempenha um papel fundamental, dando continuidade a uma trajetória histórica de denúncia, documentação e busca por justiça diante das várias e recorrentes violações de direitos humanos no campo brasileiro.

GALERIA



Helenna Castro CPT-BA

# 50 anos de CPT no Brasil

“Um sonho construído no coletivo para o coletivo, que ganha força e vem desbravando caminhos e trilhando jornadas difíceis, mas necessárias, sempre embasadas na fé do evangelho libertador de Jesus Cristo.

Este sonho se tornou real: a Comissão Pastoral da Terra completa 50 anos de realizações no Brasil junto aos povos da terra, das águas e das florestas. São 50 anos de sonhar pelas transformações das realidades, por justiça socioambiental, por direitos, liberdade e vida digna para os povos do campo.

É o sonho que nos fez e nos faz caminhar, é o caminho, e quem encontramos nele, que nos importa. Sigamos!”

*Teresinha Menezes – agente da CPT Piauí*

**Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!**

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

**Dados para Depósito ou Transferência:**

Comissão Pastoral da Terra  
Caixa Econômica Federal  
Agência 2234  
Conta 578974105-0  
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741  
050C 1 | SWIFT CEFXBRSP  
Pix/CNPJ: 02.375.913/0001-18

**Envie seu comprovante, endereço para envio do jornal, dúvidas e sugestões para:**

**E-mail:**  
sustentabilidade@cptnacional.org.br

**WhatsApp:**  
(62) 99268.6837

**CHEGA DE  
ESCRAVIDAO  
.ORG.BR**



**Comissão Pastoral da Terra**

**Correios**

Impresso  
Pode ser aberto pela ECT

**Secretaria Nacional:**  
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro. CEP  
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea